

BITUCAS DE CIGARRO E O TRATADO DO PLÁSTICO: ESPECIALISTAS DEBATEM IMPACTOS AMBIENTAIS, SAÚDE PÚBLICA E RESPONSABILIDADES DA INDÚSTRIA

Luis Guilherme Hasselmann, jornalista (Cetab/Fiocruz/ENSP)

O webinar internacional *“Bitucas Tóxicas: O que o Tratado do Plástico significa para a saúde e a responsabilidade legal”*, realizado na manhã desta terça-feira, 22 de julho, reuniu especialistas de vários países para debater os impactos das bitucas de cigarro no meio ambiente, os riscos à saúde pública e a necessidade de responsabilizar a indústria do tabaco. O evento foi coorganizado por uma coalizão de instituições internacionais, entre elas o Centro de Conhecimento da CQCT para os Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS), sediado na Fiocruz e com atividades executadas pelo Cetab/ENSP/Fiocruz. Também integraram a organização a Stop Tobacco Pollution Alliance, Action on Smoking and Health, Break Free From Plastic, Center for International Environmental Law, Global Alliance for Incinerator Alternatives, os Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente do Panamá e outros parceiros do GGTC.

Transmitido online às 9h (horário de Brasília), o encontro discutiu como as negociações do Tratado Global do Plástico da Organização das Nações Unidas (ONU) podem contemplar os filtros de cigarro — responsáveis por milhões de toneladas de microplásticos e substâncias tóxicas lançadas no ambiente todos os anos — e como enfrentar a influência da indústria do tabaco nessas discussões.

O debate contou com representantes de instituições de saúde e meio ambiente de diferentes regiões do mundo, como a ASH (Finlândia), a Universidade de Minnesota e a Universidade Estadual de San Diego (Estados Unidos), o Centro Coreano para Controle do Tabaco, Pesquisa e Educação (Coreia do Sul), o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde (Panamá), a Comissão para a Implementação da CQCT/OMS, o Secretariado da CQCT/OMS, o Centro de Direito Ambiental Internacional, o Centro Global para Boa Governança no Controle do Tabaco e a campanha global #BreakFreeFromPlastic.

O que foi debatido

Na abertura do evento, foi feita menção aos impactos ambientais gerados pelas bitucas de cigarro, que representam um grave problema, com cerca de 4,5 trilhões descartadas anualmente — o que equivale a 1,7 bilhão de quilos de plástico tóxico por ano. Durante a reunião da COP10, no Panamá, em 2024, esses impactos foram destacados na Declaração do Panamá, que reafirmou que a saúde pública deve prevalecer sobre os interesses comerciais da indústria do tabaco.

A professora **Irina Stepanov**, da Universidade de Minnesota, explicou que os filtros de cigarro, compostos por acetato de celulose, acumulam milhares de substâncias químicas, muitas delas cancerígenas, que permanecem no ambiente por décadas. Ela detalhou que, embora a ponta do cigarro sem filtro também seja poluente, os filtros são ainda mais perigosos por reterem partículas tóxicas e por serem plásticos de lenta degradação.

Já **Thomas Novotny**, da Universidade Estadual de San Diego, ressaltou que os filtros não têm função de proteger a saúde do fumante — sendo, na verdade, uma estratégia de marketing enganosa. Ele chamou atenção para o volume alarmante de microplásticos que os filtros geram anualmente, estimado em mais de 32 mil toneladas, e para os perigos representados por novos produtos como cigarros eletrônicos e dispositivos de tabaco aquecido, que também usam filtros e geram resíduos eletrônicos e químicos.

Dharmesh Shah, do Centro de Direito Ambiental Internacional, destacou que o rascunho atual do Tratado do Plástico não reconhece explicitamente a saúde como um princípio central, tratando a poluição apenas como uma questão ambiental e negligenciando seus impactos diretos e indiretos sobre a saúde humana. Ele defendeu que a saúde seja um princípio central do tratado e alertou para as tentativas da indústria de promover “filtros ecológicos” e soluções enganosas para desviar a atenção das medidas realmente eficazes, como proibir filtros e reduzir a produção de plásticos.

Deborah Sy, do Centro Global para Boa Governança no Controle do Tabaco, destacou que o Tratado do Plástico, se não for cuidadosamente alinhado à CQCT, pode enfraquecer as conquistas do controle do tabaco, abrindo brechas para a participação indevida da indústria nas políticas públicas e para o marketing de filtros supostamente “mais verdes” — que continuam sendo tóxicos.

Experiências nacionais e recomendações

Os participantes também compartilharam experiências de seus países. **Sungkyu Lee**, do Centro Coreano para Controle do Tabaco, Pesquisa e Educação, contou que na Coreia do Sul tentativas de reciclar bitucas para produzir plásticos ou fertilizantes resultaram em produtos carcinogênicos, levando o governo a abandonar tais iniciativas. Para ele, a solução real é banir os filtros.

Pekka Puska, da Action on Smoking and Health (ASH), relatou como a pressão da sociedade civil impediu que a indústria do tabaco assumisse o controle da coleta das bitucas no país, garantindo que sua responsabilidade se limitasse ao custeio das operações, sem qualquer envolvimento direto no manejo dos resíduos.

Vários especialistas defenderam que bitucas e dispositivos eletrônicos sejam classificados como resíduos perigosos, devido às substâncias químicas que contêm, e que sua eliminação seja tratada como prioridade nas políticas públicas. A necessidade de barrar a participação da indústria do tabaco nos fóruns decisórios também foi amplamente reforçada.

Perspectivas para o futuro

Os debatedores foram unânimes ao afirmar que o Tratado do Plástico deve incluir de forma clara os filtros de cigarro como plásticos a serem eliminados e reconhecer os impactos à saúde pública. Defendeu-se ainda que soluções como bioplásticos ou programas de responsabilidade estendida do produtor (EPR) não substituem a necessidade de reduzir a produção e banir os filtros, pois perpetuam a poluição e dão falsa legitimidade à indústria.

Para o CETAB/Fiocruz, que coorganizou o evento como parte de seu trabalho como Centro de Conhecimento da CQCT, é fundamental que as negociações internacionais incorporem a perspectiva da saúde pública e protejam as políticas ambientais das interferências do setor do tabaco — seguindo o princípio já consagrado pela CQCT de que a indústria não pode participar da formulação dessas políticas.

Desafios e caminhos

O webinar “*Bitucas Tóxicas*” evidenciou que os filtros de cigarro são, ao mesmo tempo, um problema de saúde pública e ambiental. Para enfrentá-lo, é necessário alinhar as negociações do Tratado do Plástico aos compromissos já assumidos na CQCT e garantir que a indústria seja responsabilizada sem ter voz nas soluções. Como destacou Vera Luiza da Costa e Silva, representante da Comissão Nacional para Implementação da CQCT (Conicq) e participante do encontro, trata-se de “proteger a saúde pública e o ambiente dos danos de um produto que já deveria ter sido banido”.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2025